

APRESENTAÇÃO

Durante décadas, a sociologia do trabalho se caracterizou por estudos voltados, literalmente, para o chão de fábrica. A centralidade do trabalho se constituía, por extensão, na centralidade de um determinado tipo de sociedade, de um determinado tipo de contratualidade e de um determinado tipo de regulação social.

Essa opção *fabril* direcionou os estudiosos, via de regra, para o trabalho industrial como objeto de investigação, por excelência. E, nele, “a cereja do bolo”, os estudos sobre o trabalho na indústria automobilística. A profusão de estudos sobre processo de trabalho, classe operária e sindicalismo norteou e alimentou o debate continuamente, de tal modo que essa sociedade se tornou o avatar a ser perseguido como a forma de vida social admissível.

Nessa sociedade, a contratualidade hegemônica consubstanciou-se na compra e venda do trabalho mediante uma remuneração formal. O salário tornou-se o equivalente geral, a partir do qual outras relações sociais e institucionalidades erigiram-se, encontrando no fordismo a base regulacional capaz de proporcionar salários elevados, segurança no emprego e um sistema de proteção social abrangente, que permitiriam à classe operária um determinado padrão de vida.

Sociedade industrial, assalariada, fordista. Eis o paradigma ao qual se dedicou a sociologia do trabalho por longo tempo. Se os Trinta Anos Gloriosos marcaram o ápice dessa sociedade e da centralidade do trabalho, como objeto de investigação sociológica, os anos que se seguiram trataram de colocar em questionamento essa sociedade e tal centralidade.

De certo modo, o ritmo vertiginoso da reestruturação produtiva, nos últimos decênios do século XX, provocou uma análise açodada acerca do futuro dessa sociedade, levando alguns a confundirem o seu declínio com o fim do próprio trabalho. Essas análises, se precipitadas por um lado, por outro tiveram o mérito de trazer à tona questões que se encontravam latentes. Se a curvatura da vara se revelou assaz impetuosa, sua hipérbole não deixou de sinalizar a emergência de novos campos de investigação para a sociologia do trabalho.

Ao invés do *fim* do trabalho, o que se evidenciou foi a *crise* dessa sociedade. As metamorfoses decorrentes das inovações tecnológicas de base microeletrônica levaram a uma reconfiguração do mundo do trabalho, com conseqüências em suas formas de sociabilidade, em suas institucionalidades e, mais profundamente, em sua contratualidade. Uma crise que desvela a complexidade de um mundo que sempre existiu, multifacetado, preso em um emaranhado de relações sociais de produção sensível a fatores outros que não aqueles hegemônicos na sociedade industrial.

Assim, se o “fim do trabalho” significa, por extensão, o fim de uma categoria de análise sociológica, o que se observa a partir dessa incursão nos subterrâneos do mundo do trabalho é a emergência de uma nova sociologia do trabalho, revigorada, sensível a novos campos de investigação. A ortodoxia de outrora cedeu lugar a uma heterodoxia que não perde de vista a categoria analítica naquilo que lhe é essencial: o próprio trabalho.

O trabalho continua, pois, uma expressão manifesta da sociabilidade humana. Entretanto, não se pode atribuir a ele, e tão somente a ele, a centralidade da vida social. Na medida em que ele se deixa permear por outros aspectos da vida social, ele se revigora, adquire sentido, da mesma forma que também revigora e dá sentido a tais aspectos.

Uma vez aberta a novas incursões, a sociologia do trabalho encontrou nos estudos de gênero um de seus mais fecundos e instigantes campos de investigação. Se, historicamente, a presença feminina nas atividades produtivas tem sido recorrente – e, na sociedade industrial, isso não é diferente –, é a partir de meados dos anos 60, do século passado, que questões de gênero emergem efetivamente no mundo do trabalho. E, ao se manifestar, evidenciam as contradições decorrentes de relações sociais até então distantes da investigação sociológica e que atestavam a subalternidade feminina, em uma sociedade tradicionalmente ancorada em valores masculinos. O trabalho deixou de ser um campo de investigação de um sexo só, para comportar dois sexos, com todas as suas contradições e fecundidades. Mais do que campos de investigação com fronteira comum, campos de investigação permeáveis.

No Brasil, os estudos sobre gênero e trabalho têm demonstrando uma vitalidade extraordinária. Desde meados dos anos 1980, seminários, simpósios e encontros têm ocorrido com relativa frequência e a produção acadêmica é cada vez maior, expressando a vitalidade desse campo.

Dentro dessa perspectiva, o Departamento de Ciências Sociais e o Programa de Pós-Graduação em Sociologia, da Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, da Universidade Federal de Goiás, realizaram, entre os dias 29 e 31 de março de 2006, o 1º Seminário Nacional de Trabalho e Gênero, que contou com uma grande participação de estudiosos de vários lugares do Brasil, proporcionando ao público interessado um amplo painel dessa relação. Assim, trabalho doméstico, economia solidária, associativismo, arranjos produtivos, desenvolvimento sustentável, industrialização, precarização do trabalho e educação foram temáticas abordadas e que revelaram a riqueza que instigou e incitou as reflexões.

Os artigos aqui publicados originaram-se de uma seleção dos trabalhos inscritos no Seminário e apresentados nas sessões temáticas. A comissão organizadora do evento solicitou que os respectivos autores reformulassem os *papers*, atendendo às condições requeridas pela revista *Sociedade e Cultura* para publicação como artigos. A problemática do trabalho doméstico e seus correlatos como o trabalho domiciliar e o trabalho infantil ocupam os quatro primeiros artigos. Ethel Kosminski e Juliana Santana abrem a temática com base em uma pesquisa realizada na cidade de Marília, estado de São Paulo, enfocando o trabalho infanto-juvenil doméstico sob diversos aspectos de análise, como relações de gênero, geracionais, raciais, valores sociais atribuídos ao trabalho, diversidade

cultural, espacial e social. As autoras enfrentam a polissemia conceitual que envolve o “trabalho doméstico” recorrendo a Hannah Arendt e sua distinção entre trabalho e labor. O trabalho ou serviço doméstico, desenvolvido em prol do próprio grupo familiar, é relacionado, com base em depoimentos dos entrevistados, a formas de reciprocidade, de respeito ou obediência, enquanto o labor doméstico, que remete às tarefas domésticas, desempenhadas para terceiros, em troca de algum tipo de remuneração, corresponde a um meio de sobrevivência do indivíduo e de sua família.

O trabalho ligado à esfera da sociabilidade doméstica e fortemente ancorado em distinções de gênero reaparece, no artigo de Jordão Horta Nunes e Andréia Ferreira Campos, aqui em sua relação com o trabalho feminino desempenhado por costureiras de forma isolada ou em facções e confecções de pequeno porte, também em âmbito domiciliar, num bairro da cidade de Goiânia (GO). Como já constava nos trabalhos pioneiros de Luis Antonio Machado da Silva (1979) e Alice Rangel de Paiva Abreu (1986), a indústria de confecções apresenta um caráter tradicional, requerendo ocupação intensiva de mão-de-obra, preponderantemente feminina. Caracteriza-se pelo predomínio de micro e pequenas empresas em ambiente competitivo e com sazonalidade na produção, além da presença de relações de terceirização e subcontratação. O artigo aborda, primeiramente, o setor de confecção no Brasil e em Goiás e, a seguir, analisa, com base em pesquisa de enfoque qualitativo, a relação entre trabalho doméstico e trabalho domiciliar sob o prisma de relações de gênero no elo mais precário da rede, que envolve o trabalho de costureiras em oficinas de âmbito familiar ou facções subcontratadas. Finalmente, os autores apresentam um esquema conceitual dos tipos ideais da percepção da relação entre trabalho doméstico e trabalho domiciliar, com base nas entrevistas realizadas e numa reconstrução da literatura sobre o trabalho feminino no setor de confecções.

O trabalho feminino na confecção recebe também a análise de Magda de Almeida Neves, que destaca o processo de feminização, ou seja, o crescimento relativo de postos de trabalho ocupados por mulheres com a persistência da remuneração diferenciada, da exploração predatória do trabalho feminino, da dupla jornada e da precarização das relações e da organização do trabalho. Tal “inserção excluída” resultou de um processo de mudanças na economia global e da reestruturação produtiva a partir de 1990. A dinâmica flexível do processo produtivo acarretou o crescimento significativo do trabalho informal, num processo caracterizado pela heterogeneidade, mas também por formas específicas de interação entre o setores formal e o informal. A autora parte de algumas considerações sobre a participação feminina crescente no mercado de trabalho brasileiro, com base em dados quantitativos, para contextualizar uma análise do trabalho feminino domiciliar no setor de confecções em uma cidade de porte médio no estado de Minas Gerais. O enfraquecimento da regulação do trabalho e dos direitos sociais possibilita a multiplicação de uma classe de atividades precarizadas, gerando flexibilização do contrato de trabalho, das condições de trabalho, da jornada de trabalho, além da emergência de tipos de relações e interações sociais baseadas em percepções relacionadas a um espaço privado ou doméstico e a representações relativas ao espaço econômico ou produtivo.

Joel Bevilaqua Marin reconstrói, em seu artigo, o processo de incorporação de meninas ao trabalho doméstico e agrícola, a partir da experiência de vida de três gerações diferentes: mulheres idosas do meio rural; mães de trabalhadoras infantis (efetivas ou potenciais); meninas com idade entre 7 e 14 anos que se incorporaram ao mercado de trabalho e que atualmente se beneficiam de programas sociais de combate ao trabalho infantil. O propósito, na pesquisa empírica, foi resgatar os processos de socialização experienciados pelas trabalhadoras em suas infâncias, destacando a participação no trabalho e a educação que receberam em âmbito familiar, na comunidade e na escola. Orientado por um enfoque sociológico construcionista que remete a Ariès (1981), Bourdieu (1998) e Berger e Luckmann (1997), Joel ressalta, no município de Itaberaí (GO), a importância da participação feminina na distribuição e no controle do trabalho pela família e pela sociedade, numa condição de exploração e subalternidade em função do gênero e da juventude, a despeito de transformações como o processo de modernização da agricultura a partir da década de 60 e de políticas públicas de erradicação do trabalho infantil ou de ações desempenhadas por instituições de defesa dos direitos da criança e do adolescente, a partir dos anos 90 do século passado.

O quinto artigo no dossiê, escrito por Francine Basile, explora uma temática que tem preocupado pesquisadores e gestores de políticas públicas, principalmente nos últimos dez anos: a informalidade e a correspondente precarização das formas de inserção da mão-de-obra feminina no mercado de trabalho. A autora associa a crescente participação da mulher na força de trabalho a uma desigualdade de inserção, de remuneração e de oportunidades, já que a ocupação ocorre preponderantemente em áreas nas quais predominam os empregos mais precários e de baixa remuneração, em situações de pobreza, exploração e de exclusão social. Francine, em seu artigo, identifica e analisa, a partir dos indicadores de formalidade e precariedade da ocupação em Goiás, a evolução e a atual dinâmica da participação das mulheres no mercado de trabalho goiano. Ao comentar o processo de reestruturação produtiva na economia brasileira ao longo da década de 1990 e suas conseqüências no mercado de trabalho assalariado, Francine ressalta que o impacto das medidas modernizantes foi peculiar no estado de Goiás, em razão de características específicas de seu desenvolvimento econômico, a exemplo da modernização econômica e da urbanização intensa, embora de caráter tardio, após a construção de Brasília. Com base em séries temporais elaboradas a partir de dados de trabalho e rendimento obtidas principalmente pela Pnad no período 1993-2003, a autora constata o aprofundamento do processo de informalidade no mercado de trabalho.

A questão da informalidade recebe, no artigo de Jacob Carlos Lima, uma análise diferenciada, em que tal forma precária de organização do trabalho é associada a modalidades alternativas de trabalho autogestionário, consideradas na perspectiva participacionista das teorias de gestão empresarial. O autor ilustra como a autogestão, forma de organização com origem no movimento operário, pode ser funcional ao capitalismo, como alternativa ao trabalho assalariado típico, num contexto de “flexibilização” da produção, dos mercados, do consumo, das relações de trabalho, que tem como conseqüências a desregulamentação e a

precarização, no que se refere às relações trabalhistas. Jacob critica a ambigüidade do conceito de informalidade, que desliza de uma acepção negativa associada ao atraso econômico a uma dimensão positiva que valoriza o caráter empreendedor dos trabalhadores informais e interpreta a “nova informalidade” como um tipo de organização viável perante a ineficácia da ação estatal nos tempos “flexíveis”. O surgimento de cooperativas ou empresas autogestionárias a partir de 1990, com a internacionalização da economia e a adoção de medidas neoliberais, evidencia-se, nas inúmeras condições de efetivação no Brasil recente apresentadas no artigo, também como alternativa ao trabalho assalariado formal no contexto da flexibilização e da precarização; uma caracterização negativa perante as aspirações e direitos dos trabalhadores, portanto. Contudo, a crítica evita a forma atraente, embora limitada, do confronto radical e aponta possíveis condições de efetivação da informalidade e do trabalho autogestionário que se associam à autonomia ou à precarização, levando em conta inclusive as tentativas recentes de disciplinar a organização de cooperativas de trabalho pelo governo federal.

O campo das políticas sociais direcionadas à economia solidária, ou seja, a práticas econômicas e sociais organizadas sob a forma de cooperativas, associações ou empresas autogestionárias, foi analisado por Tânia Cruz em seu artigo. Com o objetivo de caracterizar o perfil dos trabalhadores engajados no trabalho solidário enfatizando uma perspectiva de gênero, a autora ressaltava primeiramente a assimetria na inserção ocupacional entre homens e mulheres, evidenciando a necessidade de priorizar o gênero feminino nas políticas sociais de economia solidária: as mulheres constituem a maioria não-remunerada no meio rural e, por outro lado, prevalecem no espaço urbano como o maior contingente de trabalhadores domésticos. Partindo de dados extraídos da Pnad e da pesquisa Economia Informal Urbana, realizada em 2003, a autora efetua considerações metodológicas a respeito da viabilidade de aproveitamento das duas bases de dados. Tânia emprega como estratégia, em sua tentativa de traçar o perfil do sujeito-trabalhador em contextos de economia solidária, a análise e a compreensão do perfil dos que se inserem no mundo do trabalho a partir da autogestão de sua própria força de trabalho. Trata-se de empreendedores informais, em geral concentrados na área de prestação de serviços (reparação, alimentação, transporte) e no comércio de mercadorias. No entanto, a autora preocupa-se em ressaltar que a economia solidária não se resume ao setor informal e lembrar que a precariedade da organização informal, sem regulamentação ou garantia de proteção e estabilidade para os trabalhadores, é antagônica à própria organização solidária e cooperada.

O último artigo que integra o dossiê, escrito por Hugo Leonardo Fonseca da Silva, analisa uma profissão em que tradicionalmente impera o trabalho feminino: a docência na educação infantil, tendo como objeto de pesquisa as professoras da educação infantil na rede municipal de educação de Goiânia.. Similarmente ao que ocorre em outras ocupações identificadas com o gênero feminino, a construção de uma identidade profissional encontra obstáculos no que poderíamos designar como “naturalização” dos papéis e atributos de professoras em creches, pré-escolas e até nos primeiros anos do ensino fundamental. Consideradas

como “mães” ou “tias”, as educadoras vêem seu trabalho equiparado com a maternagem e o trabalho doméstico, historicamente construído como adequado e até inerente à índole e à natureza feminina. O autor associa o processo de construção de uma concepção assistencialista da educação infantil, demonstrado inclusive pela análise do discurso de educadoras entrevistadas, à desvalorização do trabalho docente nesse nível de ensino, dificultando a elaboração de uma identidade política vinculada a interesses de classe .

Como se pode observar, o dossiê representa uma amostra de um vasto painel, de um amplo campo de investigação que não cessa de expandir. Para aqueles que estão sensíveis às extraordinárias mutações presentes no mundo do trabalho, particularmente nas relações entre trabalho e gênero, apresentamos aqui uma profícua contribuição. A todos, então, uma boa leitura.

Jordão Horta Nunes*

Revalino Antonio de Freitas**

* Doutor, professor da Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia e do Departamento de Ciências Sociais.

** Doutor, professor da Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia e do Departamento de Ciências Sociais. Coordenador do Núcleo de Estudos sobre o Trabalho, NEST/FCHF.